

A MISÉRIA DA REPÚBLICA DOS CRUZADOS¹

J. Chasin

“...nossa história até agora,
tal como um recruta inábil,
só teve como tarefa o exercício
de repetir histórias banais”.

MARX

Crítica à Filosofia do Direito de Hegel

Introdução

Decerto não foram só as lágrimas de Conceição, que levaram Funaro a proclamar o início da revolução francesa no Brasil.

Contudo, Funaro, Conceição e os círculos acadêmicos associados a eles não podem ser tratados apenas com ironia ou azedume, já que se oferecem à identidade como a conjunção do capital e do trabalho, no seio desperto do reformismo latino-americano. A seu modo são a revolução – não a revolução traída, mas a idéia e o ato da revolução banida.

A lembrança da revolução será aos ouvidos majoritários da nossa pequena e cordata nação política um incômodo anacronismo. Palavra e ilusão dos antigos, que a modernidade informatizada (ou será que foi o *ethos* da pós-modernidade?) relegou ao ostracismo definitivo. Peca de arquivo ou de museu, que não traz boas lembranças, nem estimula o apetite intelectual dos militantes.

Se falo dela é porque veio à tona na forma de revolução banida no Plano Cruzado.

¹ Publicado originalmente pela Revista Ensaio n. 15/16 em 1986.

Como a idade de seis meses, o pacotão redentor é um animalzinho combalido, que tropeça sobre os próprios pés, ele que com inaudita precocidade andou e falou na hora mesmo em que nasceu.

Raros foram aqueles (e isto sim é de chorar) que não se deixaram impressionar pela aparente robustez do rebento e pelo eco multiplicador do vozeirão com que veio à luz. No mínimo a quase totalidade soçobrou *proudhonianamente*, acalentando reter “apenas o lado positivo da contradição”: o congelamento dos preços. Esquecida que salário também é preço, e recusando-se a admitir, nem que fosse só em atenção a experiências recentes ou um pouco mais antigas, que o contrário é que constituía a hipótese mais plausível, pois controlar salários, por bem ou por mal, é da compulsão do capital, enquanto o preço das outras mercadorias, - todos sabemos -, é protegido pelo espírito absoluto do mercado...

A debilidade, portanto, das perspectivas do Plano de Estabilização não é uma constatação *post festum*. Nem o mais importante é a força aparente de seu perfil inicial, nem a fraqueza real de seu rosto atual ou final. Em sua realidade e em sua verdade ele é o segredo desvendado da democracia de proprietários no Brasil.

O desafio da Nova República para Tancredo, Sarney e inclusive para Ulisses é o mesmo (ainda que o último possa ser distinguido em grau pelo discurso), tendo sido caracterizado por eles sob diversas fórmulas em muitas oportunidades.

Da sua perspectiva política, a bem dizer - do capital, trava-se, como ainda se trata, de retomar o crescimento econômico e de reduzir a pobreza, que avassala a maior parte da população. Ambas, freigem na produção da riqueza e emergência social da miséria, haviam-se tornado politicamente insuportáveis, e tinham sido os aríetes decisivos na ultrapassagem do modo ditatorial de dominação desse mesmo capital.

Já nas expressões - retomada do crescimento e combate à pobreza ou redução da miséria, ou ainda em outras do mesmo tipo -, transparece a dimensão acanhada do programa, substitutivas que são de problemas reais e agudos muito mais amplos e profundos. Do prisma do capital tratar-se-ia não apenas de reiniciar uma progressão econômica, mas de estabelecer as bases de toda uma nova fase de acumulação. E do ponto de vista da multidão excluída trata-se, de fato, de romper com o pauperismo estrutural que denota a sociedade civil brasileira, e não meramente de ter aliviados pela franja seus sofrimentos permanentes.

Registro com isso a diferença, à primeira vista apenas de proporção ou intensidade, tópica de diagnósticos que se acostam a uma escala de etapas qualquer, e, em verdade, distinção qualitativamente fundamental entre o porte essencial das questões e o tamanho inferior e contingente do programa assumido pela Nova República.

A figura brasileira de capitalismo periférico e subordinado singulariza-se como a 8- economia do mundo e a 54- enquanto poder de compra de sua população. Metade da renda distribuída fica com a parcela de 1% dos mais ricos, e mais da metade da população (70 milhões) rateia o insuficiente para poder se safar da faixa da pobreza e da miséria absoluta.

Não é apenas um quadro de brutal falta de equidade, mas o retrato a flor dos dados de uma maneira de ser do capital, que reitera de modo particularmente agigantado a lógica intrínseca de todo capital: a produção em paralelo de imensa riqueza e de imensa miséria.

Com o dinamismo de 8^a colocada no ranking econômico planetário (o que antes de mais nada é índice da pobreza da maioria das nações) conjugado à sua campeoníssima mesquinhez distributiva, a questão é: - a quem beneficia a riqueza acumulada em parâmetros dessa ordem e qualidade?

A resposta sabida, que identifica sobretudo a apropriação monopólica nacional e internacional, não tem extraído, no entanto, a devida articulação fundamental entre o dinamismo da acumulação e a aguda estreiteza da distribuição, que configura a prática fundante da superexploração do trabalho.

Complexo fenomênico essencial da acumulação e da sociabilidade periféricas, sem cuja percepção é perdido o fio da meada na reprodução teórica efetiva dessa parcela subalterna do universo do capital, e que nas análises de Florestan Fernandes ganha corpo pela articulação entre “a drenagem de recursos materiais e de riqueza da periferia por meio de mecanismos complexos, implantados diretamente nas estruturas mais dinâmicas e produtivas das economias periféricas estratégicas, e a institucionalização de uma taxa de exploração da mais-valia muito mais alta” (O que é revolução, p.92). Ou sob a forma expressiva de que “todas as modalidades de exploração que se expandam na periferia sempre encontram limites naquilo que chamei apropriação dual do excedente econômico” (Nova República?, p.34/5). E ainda mais amplamente em A Ditadura em Questão, ao afirmar que “O parceiro forte não só sateliza o desenvolvimento capitalista; ele constitui o pólo hegemônico do processo e converte a associação em um duro processo de exploração crescente da `economia` e da `sociedade` hospedeiras. Estas se internacionalizam em vários níveis, em um caminho sem retorno, já descrito, com referência ao Canadá, como `rendição silenciosa`. A apropriação dual do excedente econômico (ou seja, a apropriação do excedente econômico absorvido pela burguesia interna e pela burguesia externa ou `estrangeira`) sofre uma intensificação considerável, embora a drenagem dos recursos materiais e humanos da Nação pobre e dependente destitua a parceria de qualquer forma de equilíbrio ou de eqüidade” (p.101). E mesmo num texto mais antigo, ao formular que “O fardo da acumulação de capital é carregado pelos países latino-americanos; mas seus efeitos multiplicadores mais im-

portantes são absorvidos pelas economias centrais, que funcionam como centros dinâmicos de apropriação das maiores quotas do excedente econômico gerado” (Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina, p.30).

Em suma, na particularidade a que pertence o caso brasileiro, acumulação moderna e dinâmica e pauperismo estrutural ou superexploração do trabalho perfazem os membros contraditórios de uma mesma equação unitária do capital. Amálgama que reproduz, com toda sorte de tensões e desequilíbrios, junto com a modernização e o pauperismo, a subordinação estrutural do ‘hospedeiro’, e nesta a figura da incompletude de classe do capital que o caracteriza, a saber, sua fraqueza econômica (e política) relativa e sua falta de autonomia, sem as quais a associação desigual seria impossível.

A Nova República assumiu como desaguadouro político de um longo período crítico desse complexo instável em si, cavalcando a parelha desafiadora da recessão (em início de reversão) e da miséria agudizada pelo desemprego.

Durante dez anos (desde 74) o sistema buscou e não pode encontrar uma fórmula que, de algum modo, fizesse prosseguir a linha da acumulação realizada durante o boom. Não encontrou, nem a poderia ter encontrado. Não havia ocorrido apenas o esgotamento de um período de acumulação, mas, ao fatores que o haviam engendrado, agora se combinavam contra as engrenagens do conjunto econômico. E, ao quinquênio do “milagre”, sucedeu uma década de desarranjos, sobressaltos e pesadelos. Foi, como se viu, uma ciranda de marchas e contramarchas, de múltiplos sucedâneos, sempre oferecidos em regime de atendimento de urgência. Mesmo quando alcançavam algum sucesso, não mais que tamponavam os dilemas a curto prazo, tendo que ser sucedidos, de pronto, por novas curetagens. E o que mais importa salientar é que as questões estruturais, tal como um irremovível cadáver de chumbo, jamais foram tocadas,

e nelas, de fato, não era mesmo para ser mexido, já que são o segredo de Polichinelo do nosso capital atrófico e de seus expoentes bárbaros ou civilizados.

E a transição transada na ordem e pelo alto tomou por base e legítima herança o cadáver de chumbo. Restou como imperativo a mudança na forma do culto, para reunificar os fiéis e fortalecer sua crença, bem como ampliar ao máximo o número de figurantes no coro, reconfortando e reencorajando o pauperismo adulado.

Um genuíno crescimento econômico nacional, se pensado em termos resolutivos reais, implicaria na projeção relativamente completa de uma possível e válida acumulação imediata, em seus vínculos com progressões ulteriores, e tudo isso necessariamente no interior de um plano global de desenvolvimento auto-sustentado e contínuo de longo prazo.

Uma equação dessa natureza, é óbvio, compreenderia uma redefinição das relações com o imperialismo e a reordenação do padrão monopólico interno de acumulação. Dito de forma especificante, à guisa de um hipotético itinerário insurgente do capital periférico associado com vistas à sua autonomia: 1) estancamento da evasão de recursos motivada principalmente pelo serviço da dívida externa; 2) reinvestimento maciço dos lucros monopólicos locais (nacionais e estrangeiros); 3) reativação dos investimentos estatais em infra-estrutura e especialmente na organização de um novo perfil rural, executando a reforma agrária sob um dúplice paradigma: a tradicional alocação e amparo geral de pequenas glebas e a formação de grandes empresas agrícolas, exemplares pela produtividade e pela política salarial; 4) na cabeça do processo de sua própria emancipação, tal como ocorreu nos casos clássicos, arrastaria nesta empreitada praticamente a todas as demais categorias sociais, inclusive as subalternas, que poderia beneficiar em termos relativos,

mantendo a exploração, mas suprimindo e tendo que suprimir a superexploração do trabalho.

Ora, uma retomada do crescimento norteada por semelhante perspectiva é, em verdade, uma convulsão transformadora, mesmo que não compreenda, como de fato não subentende a superação da lógica universal do capital. Implica apenas na eliminação de alguns dos aspectos mais gravosos de sua objetivação peculiar em países do tipo do Brasil. Significa, em suma, uma modificação importante no padrão de produção, sem que seja alterada a natureza do modo de produção.

Contudo, tratar-se-ia, sem dúvida, de uma autentica transformação, somando a independência do capital periférico à superação do pauperismo estrutural. Todavia, sendo mesmo a garantia do fortalecimento do capital local e da continuidade da exploração do trabalho, é inverossímil que seja operada, agora ou depois, sob a égide do capital atrofico. Este, filho temporão da história planetária, não nasceu da luta, nem pela luta tem fascínio. De verdade, o que mais o intimida é a própria luta, posto que está entre o temor pelo mais forte que lhe deu a vida, e o terror pelos de baixo que podem vir tomá-la. Toda revolução para ele é temível, toda transformação uma ameaça, até mesmo aquelas que foram próprias de seu gênero. É de uma espécie nova, covarde, para quem toda mudança tem de ser banida. E só admite corrigendas na ordem e pelo alto, aos cochichos em surdina com seus pares. De si para si em rodeio autocrático. Não optou pela autocracia, nem a covardia foi de sua livre escolha, meramente assumiu sua miséria. Ontem com o cenho armado dos brutos, hoje com o sorriso polido dos bem-educados. Antes este do que aquele (é tolo irrealismo negar esta diferença), especialmente para não perder de vista que ambos são as duas faces da mesma miséria.

Premiada entre um desafio reconhecido e a transformação impossível, a Nova República respondeu com o Plano de Estabilização Econômica.

Curiosa revolução de Robespierre Funaro, que principia por estabilizar o que ainda não foi subvertido. Curioso e sintomático procedimento, que se dispõe a consolidar sem buscar instituir, que tenta assentar sem ter instaurado. É como botar Napoleão no governo, antes de derrubar a Bastilha. Todavia, não se trata de um paradoxo, nem mesmo de um contra-senso. O jacobinismo do cruzado não derruba Bastilhas, faz a caiação de seus muros. Estabilizar, sem antes ter implantado um quadro novo, é reequilibrar um quadro antigo. É ter os pés enterrados no cadáver de chumbo.

O plano de pés chumbados, em última análise, reedita o feito espasmódico das mediadas econômicas da Ditadura em sua última década: terapia sintomatológica de emergência para uso e abuso do capital a curto prazo. Deixa o perfil estrutural intocado e lança estímulos de alcance circunscrito a favor da integridade imediata do capital, enquanto vai tocando com a barriga os problemas de fundo.

Num âmbito desse tipo, ainda que se possa convir que na sua pretensão seja um caso extremo, o Plano Cruzado, posto a funcionar na seqüência da retomada do crescimento, esboçada desde fins de 84, e do aumento do volume de emprego em 85, veio estender e aprofundar a inclinação para o consumo, emergente desde a segunda metade do mesmo ano, o que naturalmente retroagiu com força sobre a produção. Não por méritos intrínsecos a ele, mas porque potencializou os recursos liberados pela menor retenção do Imposto de Renda na Fonte em 86 e os que vieram a decorrer da desativação da poupança, já que o congelamento dos preços, por certo tempo (que já findou) e em certa escala manteve o poder de compra da massa de salários. Seja, então, porque a demanda reprimida era alta, seja porque restou sempre a certeza de que os preços não se manteriam

estáveis por muito tempo, o consumo aqueceu os negócios, (já que o melhor negócio era o consumo), e ao longo de meses contemplou o capital com uma gorda rodada acumuladora.

Esta, no entanto, por mais apreciada que tenha sido, não só se revelou insuficiente ou insatisfatória, basta pensar na *agiotização* da economia e no desabastecimento, como nem de longe desenhou a forma de sua continuidade.

Do ponto de vista do capital, o nó górdio está no financiamento das inversões necessárias para infundir uma expansão prolongada, ao menos no sentido de estender por um período modesto o surto recente.

Feliz, mas nem tanto, com o incremento dos lucros nos últimos meses (é projeção contida afirmar que mais da metade das grandes empresas teve resultados (de marco a junho) superiores aos dos dois últimos trimestres de 85 - cf., Senhor, N° 286, p.8), o empresariado ainda não revela inclinação efetiva para realizar os investimentos que dariam seqüência ao registrado aumento da produção que, segundo afirmações de variadas fontes, atingiu o limite da capacidade instalada, em especial no setor de bens e serviços de consumo.

Seja porque ainda não se considere ressarcido dos “estreitamentos” vividos no período recessivo, seja porque desacredite das possibilidades de prosseguimento do caudal de consumo, a verdade é que o capital atuante no país repete com essa indisposição uma característica de comportamento que, há vinte anos, Caio Prado Jr. identificou como sua essência “parasitária” (cf. A Revolução Brasileira). Sempre disposto, é óbvio, a se apropriar dos lucros e a impor a socialização dos prejuízos, ele é um aventureiro que abomina riscos e nunca os assume, e se acredita sempre no direito de ser financiado. Pelo estado desde sempre, e cada vez mais ao longo do último meio século pelo “amparo” de seus irmãos mais velhos de ou-

tras plagas. Que isto derive de uma justa avaliação de sua pequenez e fragilidade objetivas, ou simplesmente reflita a rigor a estreiteza de sua subjetividade, vem a dar no mesmo na síntese de sua figura atrofica. De todo modo, ai o temos, mais uma vez, confiante a espera de Godot. E para ele Godot sempre aparece, ainda que sob a forma dos demiurgos de sua incompletude.

A questão dos recursos necessários para financiar um novo ciclo de acumulação é ainda mais complexa, pois implica também na alocação de fundos para investimentos estatais em infraestrutura, sem os quais todos os outros flutuariam no ar como elos desconexos.

Não há interesse aqui em esmiuçar esta questão decisiva, mas apenas assinalar que ela consubstancia um impasse, diante do parasitismo do capital interno e da sucção vertiginosa do serviço da dívida externa. Em suma, que a resposta econômica da Nova República, que o cruzado e o cruzadinho, nem mesmo do ponto de vista do capital, é mais do que uma compressa caseira de água morna.

Houve quem nos primeiros dias de propaganda utilizasse à saciedade a imagem futebolística de mandar sentar as torcidas agitadas, que em pé não deixavam que o jogo fosse visto. Pois bem, dada a cacetada autocrática desferida, todo mundo desabou sobre o assento. Mas nem todos sentaram do mesmo modo. Uma das torcidas vai-se acomodando sobre macias almofadas de ágios, enquanto a outra, nas gerais, só pode esfregar os fundilhos na aspereza do cimento. Como sempre, o busílis do Cruzado é essa fereza de índole.

Se para o capital o Plano de Estabilização é uma compressa reconfortante, para o trabalho é a configuração perversa do esbulho de sempre.

Desde o início, idealizadores, executores e propagandistas do Plano Cruzado fizeram da suposta “elevação salarial”, que ele pro-

porcionaria, o ponto de honra e o arrimo ideológico de sua empreitada. Donde a transparência de que mais sutil e refinada, do que a engenhoca econométrica da “Larida’s Theory”, foi uma finura do cálculo político empregado.

Paul Singer, dos raros a fazer a crítica do DL 2283 desde sua implantação, reitera, nos artigos que vem dedicando à matéria, a denúncia que desde logo fizera da “média semestral de cinco meses” e confirma, baseado nos resultados da Pesquisa Seade/Dieese, que “O Plano Cruzado aparentemente concedia aos assalariados um aumento real de 8% mas, na realidade, retirava mais do que isso do reajuste ao ‘roubar’ um mês de inflação na fórmula de reconstituição do salário real”, e que o Plano “tendia a congelar o arrocho imposto durante a crise particularmente em 1983” (Folha só, 31/7/86). É muito importante ressaltar que Singer sustenta com razão que o Plano Cruzado tinha por “intento reter o ganho dos trabalhadores no nível do semestre anterior à sua decretação”(idem). O que também é ratificado pela Pesquisa Seade/Dieese: “O que os dados mostram é que simplesmente não houve qualquer aumento significativo nem do salário real<impl> médio nem do nível de ocupação nos primeiros dois meses de aplicação do Plano Cruzado” (Folha SP, 18/8/86).

Dito de outro modo, se a inflação ou a “regulação inflacionária” em “grande parte tem origem em conflitos distributivos” (Singer, Folha SP, 13/6/86), ou também, como entendem outros, se a inflação é um modo de valorização do capital que por outras formas não se daria, o que vem a ser uma conquista sem batalha, a pretendida eliminação da inflação inercial, também chamada sintomaticamente de “inflação burra”, que seria gerada na disputa ininterrupta pela divisão da renda, é, antes de mais nada, a pretensão de estancar a disputa. Ou seja, na generalidade o intento de congelar conflitos inerentes à lógica da economia capitalista. E especificamente atra-

vés da imposição ao trabalho do nível da partilha de renda que se verificara em período anterior ao “choque”. Portanto, numa situação de desfavorabilidade historicamente acumulada pelos assalariados, à qual se haviam somado os agravos do período recessivo. Quadro contra o qual, desde 85, os trabalhadores haviam principiado a se bater, mas que essencialmente não se alterara, em que pesem conquistas setoriais alcançadas.

Em suma, o alardeado congelamento da partilha de renda, efetuado sob desigualdade de critérios - a grande maioria dos preços no pico e os salários na média semestral de cinco meses - obedece à lógica da exploração da força de trabalho no país.

Ferocidade de extorsão que se manifesta como matriz, aparecendo tanto nos declínios, como nos ascensos do sistema cumulativo. Basta lembrar o ainda não dissipado pesadelo do milagre, a recente fase recessiva e a bruma dourada dos dias em curso.

Tomando por base índices setoriais de produtividade da indústria em 85, em realidade muito mais elevados do que a taxa de 6% de variação do PIB, e considerando que em 86 “o crescimento da produtividade é maior ainda”, Walter Barelli, sintetizando os vários aspectos dos ganhos e vantagens apurados pelo capital no período, e dizendo que “Parte-se do princípio que a expansão econômica deve significar melhorias distributiva”, conclui expressivamente pela afirmação de que parte do “grande crescimento de lucros /.../ deve ser transferida para os salários, como forma de apressarmos o processo de distribuição de renda do Brasil. Se isso não ocorrer, o próximo censo mostrará novo crescimento da concentração da renda”. E mais, “os trabalhadores brasileiros tem todas as condições de /.../ não só elevar seus baixos padrões de remuneração, como consequência do excelente crescimento de produtividade da economia, como também aproveitar uma conjuntura extremamente favorável para o setor empresarial, para reduzir os gritantes diferenciais de

renda, frutos de décadas de um modelo de desenvolvimento, excludente e concentrador”(Folha SP, 6/9/86).

A favorabilidade corretamente presumida por Barelli, não encontra eco, todavia, junto à lógica do capital atrofico. É lamentável, mas também historicamente comprovado (basta pensar de JK a esta parte), que para aquele, o princípio de que “a expansão econômica deve significar melhoria distributiva”, não é mais do que um mero dever-ser inatendível. É suficiente que se considere a igualdade de postura que informa, desde a teoria do “crescimento do bolo” até a doutrina da “inflação zero”, o capital parasitário e seus representantes no poder, em tudo que diga respeito à movimentação dos trabalhadores e com paroxismo insuperável quando estes convertem a greve em protagonista. Antes já assinalei o óbvio, não é indiferente que ontem a persuasão vinha a cavalo e que hoje a repressão venha através das imagens de TV. É o que distingue o conservantismo civilizado do selvagem, mas a essência super-exploradora da força de trabalho é a mesma. E quanto a isso não há dúvidas que possam subsistir. Muitos, por certo, as tinham. O plano cruzado as dissipou, - é um mérito seu, do qual não pode se orgulhar, mas que é justo reconhecer.

Ainda que sucumbindo ao perigo da redundância, quero deixar explícito que, do prisma da crítica aqui reiterada, não pode faltar o registro da significação totalizada do Plano Cruzado.

Por certo, é fundamental demonstrar que o Plano de Estabilização é desde a primeira hora uma medida que desfavorece o trabalho, e também o é a indicação de que o Plano não lhe assegure qualquer vantagem estruturalmente corretiva, nem mesmo sob o aquecimento geral da economia. Contudo, tais determinações adquirem seu significado pleno quando articuladas à dissintonia entre a dinâmica da estabilização dos salários, que de fato os congela, e a dinâmica do congelamento dos preços, que em verdade converte

aumentos em ágios, maquiagens e, na impossibilidade circunstancial destes, em desabastecimento. Em poucas palavras, em sua essência real e na sua processualidade efetiva o Plano Cruzado é a consolidação institucional do arrocho, da superexploração da força de trabalho. Por outras vias e com outros conceitos R. Mangabeira Unger chega a uma conclusão parecida: “O plano de estabilização econômica do governo Sarney realizou um dos confiscos salariais mais traumáticos de que se tem notícia no mundo contemporâneo. Acompanhou esse confisco por medidas que agravam o efeito coercitivo da legislação autoritária de greve. Assim, procurou o governo desarmar aqueles que ele esbulhou. E o fez com a cumplicidade de quase toda a imprensa e intelectualidade brasileiras. /.../ O que representa uma mistificação é a idéia de que o choque praticado é neutro em relação à distribuição da riqueza e da renda no Brasil. Pois, no mínimo, ele impõe, perpetua e consagra, como situação de direito, perdas salariais que de fato ocorriam mas que não eram reconhecidas como legítimas: as perdas repetidas dos reajustes atrasados e as perdas cumulativas do período autoritário” (Folha SP, 18/3/86).

Eis - vale repetir - o coração concreto da democracia de proprietários no Brasil.

Este paradoxo aparente tem sensibilizado em profundidade algumas das melhores cabeças. A propósito do plano, Francisco de Oliveira afirmou: “o caráter geral do plano é conservador ou se se quiser `modernizante’... O trágico é que as `formas’ de modernização do capitalismo no Brasil são arcaicas” (Folha SP, 16/3/86). J. A. Giannotti põe o dedo na mesma ferida: “o mesmo voluntarismo insufla o projeto burguês-conservador de modernizar o capitalismo brasileiro, fazendo com que os empresários imaginem um desenvolvimento moderno sem operários modernos, sindicalizados e dispendo de canais de pressão reconhecidos” (Folha SP, 27/7/86). E Flores-

tan Fernandes leva a argumentação às últimas conseqüências: “A massa de pobreza e de desigualdade e tão grande e as exigências constringedoras da acumulação capitalista tão imperiosas, que seria uma loucura esperar do capitalismo a solução dos nossos problemas e dilemas humanos. A reforma capitalista do capitalismo está fora de nosso alcance, digam o que disserem os donos da ordem e os seus mais fiéis servidores da ‘intelligentsia’ e da tecnocracia” (Folha SP, 27/4/86).

Quero reter, do conjunto dessas citações em suas confluências e dissonâncias, o espírito que as atravessa - o espírito do impasse ou da inviabilidade.

É a evidencia para mim da inviabilização tornada universal do capitalismo como agente transformador, que se reforça e peculiariza na periferia pela incompletude de classe do capital subalterno. Assim, modernizar-se arcaicamente ou montar seu desenvolvimento sobre a cabeça de operários atrasados não é para o capital atrofico uma tragédia, nem mesmo um voluntarismo, mas a fiel atualização de sua verdadeira potência. Este o tamanho de sua pequenez ou a pequenez de seu tamanho. A saber, a sua impotência congênita (oposta ao do capital clássico) para a transformação e autotransformação, na medida mesmo em que é completamente estranho à perspectiva da auto-edificação. É o que faz com que descarte de si e recuse aos subalternos qualquer autentica inclinação para a cidadania e a liberdade. Donde, incapaz de identidade transformadora põe-se como figura transformista.

Gerada pelo transformismo, a Nova República confirma sua origem pelo transformismo do Plano Cruzado. É no que consiste a miséria de fundo do capital incompleto e incompletável - converte transformação em manipulação.

Manipulação inclui ou implica, mas não é redutível a empulhação. Sem dúvida, subentende aguda redução de senso e renúncia

deliberada a qualquer critério objetivo de verdade. Esta, de fato, é substituída por finalidade prático-imediatas. Em realidade visa e opera o livre rearranjo tópico eficiente dos fatores em presença, ou seja, limita a prática ao sentido da imediaticidade. A atividade manipuladora resulta, portanto, numa mudança que sustenta e reafirma a natureza da estrutura e dos fatores que a integram, reproduzindo os lugares sociais dos atores no complexo, sem variação de qualidade. Enganadora sim, não por isso menos real e eficiente. Em síntese, subjetiva e objetivamente a prática manipuladora é antitética à prática da transformação.

A inteligência da manipulação e a inteligência da burguesia contemporânea. Neste grau de generalização as burguesias subordinadas da periferia não constituem exceção ou figura negativamente privilegiada. O predicado negativo que as especifica está em que, da lógica universal de suas necessidades, carecem precisamente da inteligência de transformação que nunca tiveram nem podem vir a ter. Dito de outro modo, a inteligência manipuladora é para as burguesias centrais, hoje, a forma substitutiva da sua inteligência de transformação de ontem, enquanto para as burguesias periféricas é a expressão da sua única inteligência. Enquanto para a burguesia universal a inteligência da manipulação é uma forma particular de inteligência, para a burguesia particular ela é sua inteligência universal. De modo que ao capital subordinado é dado participar do senso restrito do capital em geral de hoje, sem ter nunca participado, nem possa vir a participar, do senso irrestrito do capital em geral de ontem. Ou seja, enquanto a inteligência manipuladora é a reprodução possível da completude da burguesia do centro, na periferia é a produção da integralização impossível do capital subordinado.

É notório, mesmo a partir de uma tematização sumária como essa, que a manipulação não seja um fenômeno restrito. Mas, ao

contrário, que permeia o conjunto da formação em que se manifesta. O caso brasileiro e neste o da Nova República é exemplar.

Tomado em seu ano e meio de existência o Governo Sarney, isto é, a expressão prática da propositura ideal da Nova República, ilustra a miséria da manipulação no conjunto de seus procedimentos expressos.

Para oferecer o desenho rápido dessa evidencia bastam alguns exemplos e poucos comentários.

O exame do Plano Cruzado procurou mostrar com força especialmente o contraste entre as necessidades objetivas de transformação e a resposta real oferecida pela manipulação. Ficou delineado, em suma, a identidade entre o Plano e a incompletude do capital que, depois de dez anos de graves vicissitudes econômicas e em condições políticas a ele favoráveis, não conseguiu engendrar nada além de uma solução de caráter imediatista, que não alcançou fechar o esquema sequer no interior de sua escandalosa estreiteza.

O mesmo se vê nos procedimentos com relação à dívida externa.

Os discursos de Robespierre Funaro e Sayad Quasímodo (não se perca de vista que este era uma bela alma) procuram ter a aura da revolução burguesa. Mesmo que seja na forma da modernização capitalista, o “espírito revolucionário” teria que compreender algum nível de ruptura com os entraves que enfrenta. Não é o que se vê nas concepções dos responsáveis pelo setor econômico. Permanece intocado o esquema geral do complexo econômico montado à época da ditadura, mas é provável que Francisco de Oliveira tenha razão, quando afirma que “O objeto da reforma Funaro é a realização da fusão entre capital bancário e capital industrial, isto é, a emergência do capital financeiro, de cuja primazia depende que o capitalismo brasileiro abandone sua fase `selvagem’” (op.cit.). Mas é óbvio

que isto não é alcançável perseguindo bodegueiros, reiterando o propósito do capital central em tornar o país uma plataforma de exportações e fazendo exortações humanitárias aos credores internacionais. Esta política de arranhar de longe e afagar de perto já rendeu o discurso grosseiro de Reagan na cara presidencial de Sarney. É a resposta do capital financeiro, que há setenta anos Lênin já caracterizara como “O amo típico do mundo, particularmente móvel e flexível, particularmente entrelaçado dentro de um país e no campo internacional, impessoal ao extremo e separado da produção direta, que se concentra com grande facilidade e que chegou tão longe nesta concentração, que literalmente algumas centenas de multimilionários e milionários tem em sua mãos os destinos do mundo inteiro” (Prólogo a N. Bujarin, A Economia Mundial e o Imperialismo).

A um “irmão” desse caráter, que detém a primogenitura, não há de ser possível enfrentar com alma e maneirismos de escoteiro. Donde a ilusão, talvez nutrida, de alcançar a completude de classe pelo alto, através de um acerto de bom pagador com o imperialismo, não é outra coisa do que uma das mais pobres expressões da prática manipulatória do capital atrofico.

Ilusão e prática reiteradas quando, no plano interno, convive confortavelmente com o subcapitalismo que identifica grande parte do sistema vigente no campo. É pura ingenuidade admitir que a procrastinação sistemática da reforma agrária seja simples decorrência da timidez ou do conservantismo de um governo. Se de “timidez” e “conservantismo” se trata, é de uma forma de capital, que por mais de uma razão (intocabilidade da propriedade e reserva de controle da mão-de-obra) converte a transformação da reforma agrária na manipulação dos assentamentos, que não tem destinação econômica e desempenham apenas uma função extrema no controle social.

Questão social, fique dito de passagem, hoje tanto referida, que passeia desde as bocas demagógicas mais abjetas até os lábios

cínicos mais cruéis, mas que não ultrapassa nunca o prisma da manipulação assistencialista, não importa a custa de quantos milhões de cruzados. Não é critério de identidade da manipulação gastar pouco, mas desentender e recusar o que a transformação exige.

A exigência institucional mais intensiva e extensivamente assumida foi a necessidade de um novo texto constitucional. Não importa aqui refazer a história, muitas vezes ambígua e politicista, da construção desta aspiração. Interessa ressaltar que esta lianamente compreendida o dever ser de um autentico ato instaurador de uma nova legalidade. Sem a pretensão de vir a ser o matrizamento a priori da forma de sociabilidade, almejava legitimamente constituir os fundamentos valorativos e jurídicos, ao menos em distinção contrastante com os vinte anos de ditadura, de uma maneira mais contemporânea de convivência social.

No entanto, nem o verdadeiro mito da constitucionalização resistiu. Desde logo não foi o primeiro ato ou gesto inaugural que constitui. E seu agente autentico, a Assembléia Nacional, foi desnaturalizado pela figura híbrida de um congresso Constituinte, que ainda por cima será eleito de cambulhada com a escolha dos governadores, que absorve as atenções e descentra a temática em jogo. Por fim, a nova carta começará a ser escrita no terceiro ano de exercício do novo poder, cujo mandato não está politicamente definido.

Largo tempo ao longo do qual um novo quadro terá sido objetivamente constituído, como sucessor amaciado do quadro anterior. Ou seja, o ato de constituir, de fato, foi absorvido e tem sido exercitado de forma autocrática, esvaziando as atribuições do próprio Congresso constituinte, que estará em face de uma realidade efetiva, reconfigurada e ancorada numa multiplicidade de interesses criados. Realidade que terá, no mínimo, um poder de reação que não poderia ostentar caso tivesse sido posta, em sua fragilização anteri-

or, imediatamente diante de um processo de transformação constitucional.

Em suma, para o Congresso constituinte restou a tarefa de envernizar um quadro já constituído, o que é recíproco com o que vai de uma Assembléia Nacional Constituinte a um Congresso constituinte, ou seja, a manipulação que reduz o ato transformador de constituir no mero transformismo de legalizar.

Ainda outros exemplos poderiam ser aditados. Basta enumerar: a manutenção da legislação autocrática, a imprudência na conservação da legislação sindical em geral e da lei de greve em especial, e, *last but not least*, a transigência prazeirosa em dar guarida institucional ao poder moderador dos militares. A título de fecho e muito sinteticamente: a verdade da República dos Cruzados é a razão do capital inconcluso, cujo circuito perverso perfaz a miséria brasileira, logos do feitiço que deprava toda transformação necessária em manipulação efetiva.